

A FACE MACHISTA DO *IMPEACHMENT*: postura de revistas brasileiras perante o processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff.¹

André Felipe AMORIM²

Angelo CARVALHO³

Mayane Cristina SANTOS⁴

Dalila Carla dos SANTOS⁵

UNEB- Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA

RESUMO

Este artigo pretende fazer uma exploração sobre como se constituiu o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, destacando através da postura das revistas ISTOÉ, Época e Veja, o caráter machista e misógino impregnado na destituição da chefe de estado. O objetivo é mostrar como todo o processo deixou de ser somente um instituto jurídico pelo qual se puni governantes e governantas por crimes cometidos no exercício do cargo e tornou-se uma ação do patriarcado.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; gênero; impeachment; política; patriarcado.

INTRODUÇÃO

O ano de 2016 foi intenso para a política brasileira, marcada pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O processo decorreu com base nas acusações de pedaladas fiscais cometidas em seu governo. No entanto, a partir da observação acerca do posicionamento de três grandes revistas nacionais e também dos manifestos pró-*impeachment*, além da postura da imprensa perante esse acontecimento, podemos afirmar que todo o procedimento foi, na verdade, um reflexo do machismo, sempre tão

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

²Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Comunicação Social-Jornalismo em Multimeios, email: amorim.andre321@gmail.com

³Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Comunicação Social-Jornalismo em Multimeios, email: angelocarvalho84@gmail.com

⁴Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Comunicação Social-Jornalismo em Multimeios, email: mayane458@gmail.com

⁵Orientadora do trabalho. Professora do curso de Comunicação social-jornalismo em Multimeios, e-mail: dalicarter@gmail.com

presente em nossa sociedade.

A partir desse argumento, pretendemos expor nesse artigo de que forma o processo de destituição da ex-presidente se insere em um contexto machista e misógino. Para isso, usaremos como objetos de estudo matérias das revistas ISTOÉ, Época e Veja, os escritos da historiadora Joan Scott presentes no texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1988), como também de outras estudiosas do tema, que serviram de pilares dessa pesquisa, relacionando a construção do gênero e a forma como ele se mantém na atual sociedade com a retirada de Dilma Rousseff do poder.

COMO OCORREU O PROCESSO DE *IMPEACHMENT*

O processo de afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, apresentado por Hélio Bicudo, procurador da justiça aposentado, e por Janaina Paschoal e Miguel Reale, ambos advogados, foi instaurado em 2 de dezembro de 2015, aceito pela Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016. As acusações que sustentam o pedido são personificadas pelas “pedaladas fiscais” e até suspeitas de envolvimento da presidenta no esquema de corrupção da Petrobrás. No entanto, “pedaladas fiscais” não se configuram como crimes de responsabilidade necessários para a instauração do processo de *impeachment*, previstos nos artigos 85 e 86 da Constituição de 1988 e na Lei nº 1079/50 (Lei do Impeachment), e não consta nada provado judicialmente a participação corrupta de Rousseff no sistema de lavagem e desvio de dinheiro da petrolífera estatal. O afastamento da governanta foi consumado no dia 31 de agosto de 2016, por 61 votos a 20 em sua etapa final no Senado Federal, assumindo assim o cargo presidencial Michel Temer, ex-vice da Presidenta Dilma Rousseff e um dos principais interessados na consecução do impeachment.

A maioria dos articuladores da destituição são investigados e réus em processos judiciais: 34 dos 130 deputados indicados para a comissão do impeachment, dos 513 deputados federais, cerca de 150 e dos 81 senadores, 20 respondem por crimes que variam de formação de quadrilha a recebimento de recursos ilegais e envolvimento em grandes esquemas de corrupção. Os áudios vazados, divulgados pela Folha de São Paulo após 11 dias do governo Temer, no qual o senador Romero Jucá (PMDB) afirma para

Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro⁶, a importância da chegada de Michel Temer a presidência com o intuito de conter a “sangria”⁷ provocada pelas investigações anticorrupção da Operação Lava- Jato⁸, na qual os dois são investigados. O diálogo que durou 1h15min entre Jucá e Machado, é a prova material daqueles que instituíram o *impeachment* no Brasil. Não com o objetivo de salvar a política e economia nacional, mas de retirar o peso das acusações e investigações que estavam se intensificando no governo Rousseff e garantir o cumprimento de interesses privados e que vão de encontro às medidas populares que o governo PT adotou nos últimos 13 anos.

O governo Temer é antipopular, racista e patriarcal. Antipopular, como mostramos anteriormente, porque derruba uma presidenta democraticamente eleita e descarta o voto de mais de 54 milhões de brasileiros, baseando-se apenas nos interesses privados de uma minoria elitista. Também porque as medidas aprovadas até agora, como por exemplo o aumento da idade mínima para aposentadoria, fim do programa “Pacto pela Alfabetização na Idade Certa” e desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), ataca diretamente os direitos das camadas mais populares, principalmente a classe trabalhadora e a classe estudantil.

Elucidando, Osmar Terra indicado para o ministério de desenvolvimento agrário, um dos principais defensores do discurso de guerra às drogas, no Congresso Nacional, o que resulta no genocídio do povo negro e no encarceramento de massa que hoje existe no país. Outra indicação que não se pode relevar é a de Alexandre Moraes (PSDB) para o Ministério da Justiça, responsável pela ação ofensiva da PM contra os secundaristas, que lutavam por uma educação pública de qualidade e contra corrupção tucana no estado de São Paulo, quando assumia o cargo de Secretário de Segurança Pública.

Pode-se afirmar que esse novo governo não tem nenhum compromisso quando o assunto se trata de mulheres, negros e negras e LGBT’s. Basta analisar as escolhas ministeriais de Michel Temer, todos homens brancos e heterossexuais, que desde a

⁶Subsidiária da Petrobrás para a área de transporte e logística, além de armazenar e transportar petróleo e derivados, biocombustíveis e etanol, responde pelas operações de importação e exportação desses produtos.

⁷Termo usado pelo Senador Romero Jucá, na conversa com Sergio Machado, referente a Operação Lava Jato:

“MACHADO: [...] Eu estou muito preocupado porque eu acho que... O Janot [procurador-geral da República] está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho.

[...]

JUCÁ: [...] Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.”

⁸Investigação de corrupção e lavagem de dinheiro dos recursos desviados da Petrobrás. O nome legitimou-se por conta dos postos de gasolinas e lava a jato de automóveis investigados no início da operação.

Ditadura Militar não se via um governo sem indicações de mulheres para os ministérios. Contando também com a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A retirada da Presidenta Rousseff e a exclusão de mulheres do ministério são a cristalização do patriarcado estruturante na nossa sociedade.

Para a feminista e socióloga francesa Christine Delphy, o termo patriarcado “designa uma formação social na qual os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente: o poder dos homens” (2004, p. 154). Ou seja, um sistema existente de relações de sexo/gênero estruturante na sociedade, no qual homens afirmam sobre as vidas e corpos das mulheres, delimitando seus comportamentos sociais, funções e espaços de atuação. Simone de Beauvoir, filósofa francesa, constata sobre isso em seu livro *O Segundo Sexo*, um marco na história do feminismo:

“[...] toda a história das mulheres foi feita pelos homens. Assim como na América do Norte não há um problema negro, e sim um problema branco; assim como “o antissemitismo não é um problema judeu; é nosso problema”, o problema da mulher sempre foi um problema de homens. Viu-se por que razões tiveram eles, no ponto de partida, a força física juntamente com o prestígio moral; criaram valores, costumes, religiões; nunca as mulheres lhes disputaram esse império. Algumas isoladas — Safo, Christine de Pisan, Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges — protestaram contra a dureza de seu destino; ocorreram, por vezes, manifestações coletivas: mas as matronas romanas, ligando-se contra a lei Ópia, ou as sufragistas anglo-saxônicas, só conseguiram exercer uma pressão porque os homens estavam dispostos a aceitá-la. Eles é que sempre tiveram a sorte da mulher nas mãos; e não a decidiram em função do interesse feminino; para seus próprios projetos, seus temores, suas necessidades foi que atentaram.” (BEAUVOIR, 1970, p.167)

Para Morgante e Nader (2014), o patriarcado vai muito mais além da configuração familiar ou dos ambientes profissionais, ou midiáticos ou políticos. “O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (2014, p.3).

A MULHER E A POLÍTICA

Para que haja a análise do patriarcado e machismo dentro do processo de *impeachment*, é necessário, também, observar a participação e representação feminina dentro da política brasileira: apesar de serem maioria no eleitorado brasileiro, até 2013 as mulheres ocupavam apenas 9% da Câmara dos Deputados e 10% do Senado.

Números ínfimos se considerarmos que as mulheres constituem mais da metade da população nacional⁹ e que a república existe no Brasil há mais de um século, mas que não nos causam tanto espanto quando lembramos que o voto feminino só foi conquistado 33 anos depois disso. Menos ainda quando falamos no caso de Dilma Rousseff: foram necessários 111 anos de sistema republicano para eleger a primeira presidenta do Brasil.

Esses dados são reflexos do sistema patriarcal ainda vigente, que normatiza as ações dos homens em todos os âmbitos (político, econômico, social), mesmo se a realidade de outros sujeitos (mulheres) seja fortemente violentada ou simetricamente oposta a eles. As dificuldades começam na socialização, quando ainda meninas, que as direciona para o âmbito privado¹⁰. As relações de poder que se estabelecem entre as esferas pública e privada servem como um instrumento para evitar que mulheres se insiram no âmbito político, já que elas assumem uma dupla ou tripla jornada de trabalho, impedindo-as de se dedicarem completamente as carreiras políticas.

Além da falta de tempo para se dedicarem a essas atividades da esfera pública, há também um impedimento causado por sentimento de “não pertencimento”. Está enraizado na sociedade há séculos que não é designado às mulheres esse papel político, é difícil convencê-las do contrário – mesmo que essa questão no país tenha mudado, em tese.

A negligência presente nos partidos às candidaturas e carreiras políticas femininas é outro obstáculo que as mulheres enfrentam na política via eleitoral, ocasionando um ambiente desfavorável para uma ampla participação. A falta de interesse dessas organizações na formação de candidatas com chances reais de se elegerem é um aspecto comum na política eleitoral, como afirma uma pesquisa feita pelo Instituto Patrícia Galvão¹¹, e ainda denuncia que os partidos políticos lançam campanhas de mulheres com um ou dois meses de antecedência das campanhas políticas e com o intuito de apenas preencher as cotas exigidas por lei¹².

⁹ Senso IBGE divulga que no Brasil, até 2013, 103,5 milhões de mulheres no Brasil, equivalente a 51,4% da população.

¹⁰ A esfera privada constitui o espaço doméstico, onde fica a encargo das mulheres a maternidade, manutenção do lar e educação dos filhos. A esfera pública caracteriza-se pela liberdade, independência econômica, política e espaços de poder destinados aos homens.

¹¹ Fundado em 2001, o Instituto Patrícia Galvão é uma organização social sem fins lucrativos que atua nos campos do direito à comunicação e dos direitos das mulheres brasileiras.

¹² Segundo o Art.10 da Lei 9.504, de 1997, “(...) cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.”

ATUAÇÃO DA MÍDIA

No Brasil, cerca de 10 grupos familiares detêm os meios de comunicação de massa, segundo o relatório “Brasil, o país dos trinta Berlusconi” publicado no ano de 2013 pela organização Repórteres Sem Fronteiras. Por mais que o país tenha passado por um processo de redemocratização, os meios de comunicação ficaram a parte disso e o cenário não mudou muito desde a Ditadura Militar, em 1964. A organização que luta pela liberdade de imprensa, defende que nosso país possui um nível de concentração midiática que contrapõe com seu potencial territorial e com a grande diversidade de nossa sociedade civil.

Os meios de comunicação, para além de uma atividade econômica, são pilares importantes para a consagração da democracia. Os espaços de debates e a propagação de informação dão vez para a liberdade de expressão individual e formação de opinião. Por isso, a pluralidade de vozes e o exercício da representatividade se fazem vitais, e para isso ocorrer, não podem ser controlados por um monopólio/oligopólio. Esses grupos minoritários transformam a mídia em um instrumento para alcançar seus interesses particulares, manipulando a opinião pública, se aliando a partidos políticos ou apoiando golpes de estado, como fez o Grupo Globo, no ano de 1964.

No decorrer do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, a grande mídia se aliou à forças conservadoras para impulsionar a destituição da governanta e para barrar as transformações nos paradigmas sociais, que vinham ocorrendo no Brasil, nos governos populares.

Contudo, quando se trata de uma mulher, e ainda uma mulher que conseguiu chegar à presidência, esses grupos reacionários (protagonizados por homens) usam todas as ferramentas para deslegitimar a imagem da tal. É o patriarcado cristalizado na mídia nacional. A capa da revista IstoÉ, por exemplo:

Imagem 1: Capa da revista



Fonte: Revista ISTOÉ

Traz a imagem da presidenta vinculada a expressão “As explosões nervosas da Presidente” e:

"Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País." (IstoÉ, 2016).

Além de fugir do decoro necessário para tratar-se de uma dirigente nacional, reforça uma gama de estereótipos históricos usados para vedar a mulher do espaço público. A matéria, baseada em fontes duvidosas, revela um texto caracterizado por uma prepotente ironia acompanhada de um preconceito de gênero, que desde o tempo de “Maria I, a Louca”¹³ reforça a confirmação da resistência das camadas conservadoras em aceitar que as mulheres assumam um posto diferente ao de cuidadora do lar.

Alguns meses antes¹⁴, a revista Época, pertencente ao grupo Globo, publicou um artigo, escrito pelo jornalista João Luiz Vieira, relacionando a crise política e econômica que atravessava o país à vida sexual da Presidenta Rousseff. Ela, que contraria o patriarcado, ocupando o mais alto cargo de poder da nação, e foge de todo e qualquer padrão que esse sistema masculino tenta impor. Esses comportamentos midiáticos se

¹³ Rainha de Portugal

¹⁴ Agosto de 2015

configuram como uma violência contra todas as mulheres, políticas ou não, e contra a ideia de representatividade. Pois não é espantosa a aversão das mulheres à política, já que um terreno inóspito foi criado para essas sujeitas.

A revista *Veja* publicou uma matéria sobre a esposa de Michel Temer, Marcela Temer. Inicialmente se faz parecer um texto elogioso, onde descreve a rotina da dita cuja, porém fica evidente que a verdadeira finalidade é criar um contraponto entre a senhora Temer e a Presidenta Rousseff, que vai de encontro com tudo que a primeira personifica. A matéria reforça o lugar que as mulheres deveriam ocupar, no segundo plano ou a sombra de alguma figura masculina, enaltecendo Marcela Temer para reafirmar o padrão a ser seguido.

“Apesar de as mulheres estarem relegadas à esfera privada, são incorporadas à esfera pública sempre que sua presença se faça necessária para o desenvolvimento capitalista e/ou para as relações de dominação. Em função disso, os valores ideológicos do capitalismo e seus desdobramentos culturais se transformam, na medida em que mudam as relações de produção que lhes deram origem: a organização social da produção e a distribuição. Mãos que "nasceram para o lar", de repente, e quase por um passo de mágica, se encontram na fábrica, no escritório, na escola, no parlamento, enfim "fora do lar". (COSTA, 1998).

Marcia Tiburi, doutora em Filosofia, propõe uma leitura mais atenta para esta matéria da *Veja*. A doutora, de forma analítica, destrincha, em sua coluna para *Revista Cult*, o motivo do interesse repentino na construção da imagem de Marcela Temer.

“Tem uma pergunta bem séria que precisamos responder, antes de mais nada: Por que a mulher de Temer aparece agora nesse momento de caos político? Ora, porque esse é o momento do golpe de Temer, Cunha e vários outros políticos e organizações, contra Dilma. Todo mundo sabe que isso é muito feio. E como o jogo político é também estético, nada melhor do que tentar melhorar a imagem do vice-presidente-golpista.[...] Usa-se Marcela, mulher de Temer, em primeiro lugar para tentar melhorar a imagem do vice-presidente. Ao se dizer que ela é “bela, recatada e do lar”, o que para muita gente pode significar, inexpressiva e sem graça, como fica manifesto nas redes sociais hoje em dia, quer-se dizer que o vice-presidente também tem algo de “belo” e de “recatado”, quem sabe um “decoro e, como não se pode dizer que seja “do lar”, quer-se dizer que é um homem de família. A construção vai por aí.” (TIBURI, 2016).

Como a tomada de poder, para além de política, também é estética, foi conferida a Marcela Temer a função de melhorar a imagem dos novos dirigentes, sendo um deles seu marido, com uma figura pudica. Porém “Marcela não é a solução para a

inexpressividade e a ação duvidosa de Temer. Marcela não vai convencer mulher nenhuma. A matéria da mulher bela e recatada é mais um tiro no pé da imprensa defensora do novo governo. [...] Marcela Temer é bonita, mas as mulheres de hoje não estão mais preocupadas com isso. Sua beleza de boneca de plástico não vai melhorar o semblante de golpista, de traidor, de anódino, de fraco do vice-presidente” (TIBURI, 2016).

NAS MANIFESTAÇÕES: MISOGINIA, MACHISMO E SEXISMO

O processo de *impeachment*, que afastou de modo abrupto a presidenta Dilma do poder, carrega consigo, não só a carga de um princípio jurídico pelo qual se julga governantes por seus crimes no exercício da função. Mas se mostra como uma ação de total ataque à figura feminina da presidenta, um procedimento misógino, machista e elitista, marcado pela afronta às mulheres e suas conquistas, representadas pela figura da chefe de estado.

Ataques de forma sexista, machista e misógina a superintendente, são observados desde seu primeiro mandato, com um crescimento explosivo a partir do momento que ela começa a “perder a sua popularidade”, ou seja, no ano de 2014 quando as conversas sobre o *impeachment* começaram a surgir. Por várias vezes insultos como “vagabunda” e “vadia” foram gritados por parte da massa que lotava os estádios na abertura da copa do mundo. Adesivos com uma montagem da presidenta com as pernas abertas eram comercializados para serem postos nas entradas das bombas de gasolina dos carros. Depois que o processo de *impeachment* passou a ser discutido na câmara dos deputados, vários brasileiros saíram às ruas promovendo manifestações pró- *impeachment*, e mais uma vez as críticas políticas se confundiram com ataques misóginos, viam-se violências verbais destacadas em cartazes e ouviam-se palavras de calão vociferadas pelos manifestantes. O objetivo? Diminuir, e ferir a integridade moral da governante enquanto mulher.

O pensamento de grande parte da população brasileira ainda é, infelizmente, conservacionista e totalmente guiado pelo patriarcado, onde o poder cabe apenas ao homem, e a mulher sendo inferior não é capaz de administrar o mesmo. As pessoas que estavam nas ruas nesses tipos de manifestações eram em sua maioria brancas, de classe média alta e inseridas no molde da “tradicional família brasileira”- o homem comanda a

casa, a mulher e os filhos. Não podemos esquecer também que estavam à frente desses atos candidatos da oposição com as mesmas características e poder econômico ainda maior, como o ex-governador de Minas Gerais e um dos candidatos à presidência nas eleições de 2014, Aécio Neves. Enxerga-se nitidamente o reflexo dessas ideologias impregnado nos atos, Heleieth Saffioti no seu livro: *Gênero Patriarcado Violência* traz que na ordem patriarcal de gênero “o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (p. 33), reforçando o que já foi mencionado.

O fato de Dilma Rousseff galgar por grandes cargos de poder dentro da esfera social fez com que a sociedade brasileira, ainda com uma visão turva por conta do sistema patriarcal, se ferisse com o seu governo. A partir do momento que ela transgrediu o molde de “bela, recatada e do lar”, tornou-se uma ameaça ao sistema, sendo “julgada” e insultada por isso. A mídia principalmente teve grande influência nesse momento, várias foram as vezes que seu modo de se vestir foi criticado e seu estado civil e sexualidade foram problematizados, como se coisas de cunho íntimo como essas fossem determinantes para se governar um país. A verdade é que nossa população está inserida em um sistema de educação ainda falho nesse sentido, que não aborda questões de gênero, levando em conta até a simples reflexão de gênero do substantivo presidente e nem proporciona o debate sobre a atuação da mídia, que reforça os padrões de gênero em todos os seus produtos, sejam eles ficção ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável o poder que os meios de comunicação possuem de formar a opinião pública. Ainda mais quando esse contexto se insere em uma sociedade que, mesmo estando aberta ao exercício do saber, peca em não procurar a veracidade dos fatos, absorvendo conteúdos sem quaisquer questionamentos. Por conta disso, perceber a maneira como os veículos tradicionais (que detêm a vantagem de serem mais consumidos pela população) constroem e publicam as notícias é fundamental para entender esse processo.

A destituição da Presidenta Dilma Rousseff é a confirmação do caráter misógino da tomada de poder instituída no Brasil no ano de 2016. Grupos conservadores, aliados com a política reacionária e a mídia elitista, que não estão satisfeitos com o empoderamento feminino cada vez mais crescente, com a independência das mulheres e com as transformações estruturantes como consequência. O debate sobre representatividade se faz mais necessário nesse momento. No entanto, não se pode

aceitar uma representatividade de qualquer jeito. Não é apenas exigir sujeitos que, teoricamente, representem as minorias na política partidária, mas sim pessoas que possuam um histórico de lutas com as questões sociais, pautando e promovendo políticas públicas capazes de reestruturar as relações de poder entre homens e mulheres tanto no âmbito público quanto no privado.

Esse debate também é importante dentro do campo jornalístico, onde as disparidades entre homens e mulheres ainda é grande. Não é à toa que a divisão das editorias é pré-determinada: não é muito comum vermos mulheres liderando colunas sobre economia e política, por exemplo, salvo algumas exceções. Em contrapartida, é sempre delas o espaço das produções de conteúdo sobre beleza e culinária, um estereótipo consequente da construção das representações de feminilidade presentes em nossa sociedade.

Importante também prosseguir com o debate sobre a democratização da mídia, que não passou por esse processo e segue sendo controlada pelos mesmos grupos monopolistas da época da Ditadura Militar de 1964. É de vital importância uma reforma nos espaços de informação e debate para ocorrer as transformações no processo de formação da opinião pública, caracterizando-o de uma forma mais plural e democrática, possibilitando uma consciência política e um protagonismo social. Enquanto isso não ocorrer, os meios de comunicação continuarão sendo instrumentos de dominação utilizados por uma minoria que de fato exercita o poder no Brasil.

Se faz necessário pautar um projeto de país e uma profunda transformação no sistema político, no qual reivindica a forte participação popular nas decisões políticas, denuncia os ataques neoliberais que as conquistas sociais, asseguradas na Constituição de 1988, vêm sofrendo, também lutar por um projeto de nação soberano e retomar o trabalho de base com as camadas populares, construindo e mobilizando uma força social, para assegurar e avançar nos direitos do povo, contra as investidas neoliberais, por um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BuzzFeed, **O processo de impeachment de Dilma muitas vezes abriu espaço para o machismo**. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/alexandreorrico/impeachment-e-machismo?utm_term=.vaQvpDJP5P#.ob78Rpy4L4>. Acesso em 4 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.050, de 30 de setembro de 1997. Jurisprudência do TER-RN. **Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte**, Natal. 2011. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rn-lei-9504-1997-lei-eleicoes-annotada>>. Acesso em: 4 out. 2016.

COSTA, Ana Alice. A construção do pensamento feminista sobre o “não poder” das mulheres. In: **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: Neim/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998, p. 19-46.

HERVIEU, Benoît. O país dos trinta Berlusconi. **Repórteres Sem Fronteiras**, Brasil, 24 jan. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/fatoima/Downloads/rsf_brasil_por.pdf>. Acesso em: 4 out. 2016.

MENICUCCI, Eleonora. **O golpe é patriarcal, sexista, capitalista e midiático**. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/o-golpe-e-patriarcal-sexista-capitalista-e-midiatico/>>. Acesso em 4 out. 2016.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANP_UH.pdf>. Acesso em: 4 out. 2016.

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. **Uma presidente fora de si**, 2016. Disponível em: <http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em 30 out. 2016.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares na pós-Constituinte**. 248 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

TIBURI, Marcia. **A mulher de César e a mulher de Temer**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/mulher-de-cesar-e-mulher-de-temer/>>. Acesso em 4 out. 2016.